



A REPÚBLICA POPULAR NO DISCURSO SOBRE AS FORMAS DE GOVERNO DE FLORENÇA.

Murilo Pollo Martins (PIBIC/Fundação Araucária/UEM), José Antonio Martins (Orientador), e-mail: zeamartins@hotmail.com.

Universidade Estadual de Maringá /Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes /Maringá, PR.

Área: Filosofia (7010004). Subárea: História da Filosofia (70101000).

Palavras-chave: Maquiavel, República, Florença.

Resumo:

Neste projeto procuramos investigar a proposta republicana de Maquiavel direcionada à cidade de Florença – exposta na obra intitulada *Discurso sobre as formas de governo de Florença* –, uma vez que a cidade encontrava-se desprovida de meios para legitimar uma forma de governo. Para tanto, buscamos estabelecer algumas relações entre outras obras em que o autor também dedica-se à exposição de suas concepções republicanas: *Discursos sobre as primeiras décadas de Tito Lívio e História de Florença*. Investigamos, também, em que medida a proposta de governo republicano se encaixa nos parâmetros estabelecidos anteriormente e posteriormente à obra, caracterizando uma república popular. Concluímos que a proposta maquiaveliana visa estabelecer uma república que não cometa os mesmos erros dos regimes passados, os governos “à metade” (*stati di mezzo*), pois os mesmos não possuíam um ordenamento adequado para mobilizar a quantidade de liberdade necessária para a manutenção do regime político.

Introdução:

Maquiavel escreve o *Discurso sobre as formas de governo de Florença*¹ entre os anos de 1519 e 1520, a pedido do cardeal Julio de Médici, e para que fosse, posteriormente, apresentado ao Papa Leão X, Juliano de Médici, tio de Júlio e grande expoente político da família Médici. Na obra o autor propõe a instalação de uma forma de governo republicana de caráter popular para Florença, pois Lorenzo de Médici, Duque de Urbino, que

¹ Doravante denominada *Discursus*.



era o único herdeiro legítimo da família Médici, havia falecido no dia 4 de maio de 1519. Por consequência, deixava a família desprovida de soluções internas para legitimar um regime que pudesse manter a sua hegemonia política na cidade.

Considerando a chance de propor à Florença uma forma de governo que lhe parecesse melhor para o momento, Maquiavel explicita no texto que está propondo uma forma verdadeiramente republicana de governo. Para isso, recupera muito do que havia considerado nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*², pois, nesta obra estão contidas as principais considerações a respeito das formas republicanas de governo. Também, o que o próprio Maquiavel considera como a melhor república, tomando como exemplo a república romana, na qual não se excluiu parte alguma, tornando as instituições abrangentes o suficiente para comportar diferentes interesses, com a finalidade de promover e comportar uma grande quantidade de liberdade para a cidade.

Além dessas obras de conteúdo republicano, Maquiavel escreveu a História de Florença³, que a exemplo do *Discursus*, foi encomendada pelo Cardeal Júlio. Nesta obra, Maquiavel não deixa de seguir alguns parâmetros estilísticos para escrever uma história da cidade, porém, propõe uma visão diferente dos acontecimentos ali descritos, na medida em que insere na história das instituições políticas de Florença a consideração dos conflitos internos, a exemplo do que havia nos *Discorsi*. Ainda, maior semelhança tem a obra com o *Discursus*, haja vista que nas *Istorie* temos o detalhamento e ampliação de problemas antes não tratados, ou seja, dos mesmos tipos de apontamentos na história político-institucional florentina, feitos na proposta de governo à cidade de Florença, também se vale Maquiavel ao escrever as histórias da cidade de Florença.

Disso decorre uma série de questões: primeiro, por quais razões Maquiavel propõe uma república para Florença e não um principado, uma vez que a cidade estava sob o governo tradicionalmente de estrutura principesca, mesmo sem o seu herdeiro legítimo? Além disso, considerando que, historicamente, Florença tomava como modelo uma república de aspecto mais aristocrático, como Maquiavel pretende estabelecer uma república popular e, principalmente, qual será o papel desempenhado pelo povo nesta república? Segundo, o que liga as três obras aqui citadas do ponto de vista das concepções republicanas de Maquiavel? Teriam elas um elemento em comum que se encontra presente em toda a argumentação maquiaveliana, podendo favorecer na interpretação de sua proposta de melhor governo para a cidade de Florença? Para tentar responder tais perguntas,

² Doravante denominada *Discorsi*.

³ Doravante denominada *Istorie*.



analisamos o que foi pertinente para nosso intento em cada obra, seguindo a ordem cronológica em que foram lançadas.

Materiais e métodos

A pesquisa se pautou, principalmente, pela análise do *Discurso sobre as formas de governo de Florença*, bem como pelo estudo das outras obras citadas. Como se trata de investigar as formulações sobre a melhor forma de governo no interior da reflexão de um filósofo, a análise do pensamento político do autor obedecerá à lógica interna dos argumentos, para que se compreendam os conceitos conforme a intenção do filósofo. Realizada a análise dos argumentos segundo a ordem das razões, buscamos em seguida verificar a inserção dessas análises naquilo que Pocock definiu como os contextos de fala ou significação, no intuito de compreender a correta conceituação dessa reflexão no interior do seu contexto de debates.

Conclusões

Verifica-se, de acordo com a análise das três obras aqui citadas – que compõem o corpo teórico necessário para a investigação do modelo de república proposto por Maquiavel à cidade de Florença–, o conflito intrínseco ao comportamento dos humores da cidade, possui relação de suma importância com a noção de liberdade, na medida em que o bom ordenamento dos conflitos é o que garante a fluidez e abrangência das leis. Uma vez estabelecido esse tipo de visão republicana como o propósito de manutenção da cidade pelas boas leis resultantes do bom ordenamento do conflito, não há motivos aparentes, independente dos desejos – dos humores ou partes da cidade –, para transgressões. Ou seja, o respeito às leis é condição para a liberdade, e a manutenção desta é a condição para a nova criação de boas leis, e assim sucessivamente, estendendo a duração da república. Por conseguinte, ninguém melhor pra cuidar da liberdade da cidade do que aquele que deseja ser livre: o povo. O que não implica num regime somente do povo, mas sim em que possua instituições políticas representativas de diversas partes da cidade, com um fiscalização recíproca das partes e interesses, possuindo, assim, um mecanismo de “canalização” dos conflitos, os revertendo para a criação e o bom funcionamento das leis. Eis a configuração institucional de uma república popular para Maquiavel.



Agradecimentos

Ao Prof. Dr. José Antonio Martins pela excelente orientação e à instituição de fomento do projeto, que forneceu o suporte financeiro como previsto pela proposta do PIBIC, sem qualquer atraso ou corte da bolsa.

Referências

MAQUIAVEL, N. **Diálogo sobre nossa língua e Discurso sobre as formas de governo de Florença**, introdução, tradução e notas: Helton Adverse e Gabriel Pancera, Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MAQUIAVEL, N. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. M. F. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. (edição bilíngüe). Trad.: José Antonio Martins. São Paulo: Hedra, 2007.